



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Processo: TC-4387/989/22.
Entidade: Prefeitura Municipal de Salto.
Assunto: Contas Anuais.
Exercício: 2022.

Senhora Assessora Procuradora-Chefe,

Tratam os presentes autos das contas anuais de 2022 do Prefeito do Município de **Salto**.

Cumprindo a respeitável determinação do Excelentíssimo Senhor Conselheiro, passo à análise dos resultados apurados no laudo de inspeção (**evento 41.46**), abordando os apontamentos relacionados aos temas:

- **Aplicação por Determinação Constitucional e Legal no Ensino e na Saúde; e**
- **Execução das Políticas Públicas do Ensino (i-Educ) e de Saúde (i-Saúde).**

I) Aplicação no Ensino:

O demonstrativo acostado no item **D.1 - Aplicação por Determinação Constitucional e Legal no Ensino** - evento 41.46, fl. 30, indicou os seguintes percentuais validados pela fiscalização:

Art. 212 da Constituição Federal:	R\$	%
DESPESA EMPENHADA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	111.518.276,24	26,96%
DESPESA LIQUIDADADA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	107.776.104,38	26,05%
DESPESA PAGA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	107.776.104,38	26,05%

Fundeb - Despesa Total - Recursos Recebidos no exerc.:	R\$	%
DESPESA EMPENHADA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	62.997.025,71	100,00%
DESPESA LIQUIDADADA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	62.997.025,71	100,00%
DESPESA PAGA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	62.997.025,71	100,00%

Fundeb - Profissionais da Educação Básica	R\$	%
DESPESA EMPENHADA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	60.121.727,47	95,44%
DESPESA LIQUIDADADA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	60.121.727,47	95,44%
DESPESA PAGA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	60.121.727,47	95,44%



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Conforme acima exposto, o Município aplicou em manutenção e desenvolvimento do ensino **26,96%** das receitas resultantes de impostos, cumprindo o artigo 212 da Constituição Federal.

Ainda, houve utilização de todo o FUNDEB recebido (**100%**), observando-se o artigo 25, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Demais disso, a fiscalização atestou que os investimentos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício alcançaram **95,44%**, dando atendimento ao artigo 212-A, XI, da CF e ao artigo 26 da Lei Federal nº 14.113/2020.

Não obstante alcançada a aplicação mínima constitucional, os resultados insatisfatórios, adiante sintetizados, indicam a baixa efetividade e deficiência nos serviços prestados na Educação, denotando a necessidade de aprimoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do ensino.

II) Aplicação na Saúde:

A síntese dos cálculos consignada no item **D.2 - Aplicação por Determinação Constitucional e Legal na Saúde**, evento 41.46, fl. 33, indicou que foi empenhado, liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional de investimento em ações e serviços públicos de saúde:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	R\$	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	115.703.357,40	28,55%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	109.186.774,37	26,94%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	109.186.774,37	26,94%

Muito embora alcançada a aplicação mínima constitucional, os resultados insatisfatórios, adiante sintetizados, evidenciam a baixa efetividade e deficiência nos serviços prestados na área da Saúde, indicando a necessidade de aprimoramento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da saúde.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



III) Execução das Políticas Públicas do Ensino (i-Educ) e de Saúde (i-Saúde):

O Município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), após validação da i. Fiscalização, com destaque para os seguimentos (i-Educ) e (i-Saúde) – evento 41.46, fl. 3:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
IEG-M	C+	B	C+	C+
i-Planejamento	C	B+	C	C
i-Fiscal	B	B+	B	B
i-Educ	C	C+	C+	C
i-Saúde	C+	B	C	C
i-Amb	B	B+	B+	B
i-Cidade	A	A	B+	B
i-Gov-TI	B+	C+	C+	B

Nota-se que o **IEG-M⁽¹⁾** reeditou a classificação do exercício avaliada na faixa “**C+: Em Fase de Adequação**”, deixando de retomar a efetividade apurada em 2020.

Quanto aos índices setoriais da Educação (**i-Educ**) e da Saúde (**i-Saúde**), destaco que o i-Educ regrediu para a menor faixa de avaliação, qual seja, “**C: Baixo Nível de Adequação**”, igualando-se à classificação das políticas públicas de Saúde, que permaneceu na faixa “**C**”.

Considerações desta Assessoria Técnica:

Relativamente à execução das políticas públicas do Ensino e de Saúde, parte dos apontamentos levada a efeito no relatório de competência do exercício em exame, 2022, já havia sido verificada no exercício anterior, 2021 – TC-7340/989/20, assim como novas ocorrências foram apuradas em 2022, corroborando as ponderações da i. Fiscalização quanto à necessidade da

¹ Classificações: B: Efetiva, IEG- M, entre 60,0% e 74,9% da nota máxima; C+: Em fase de adequação, IEG-M entre 50,0% e 59,9% da nota máxima; C: Baixo nível de adequação IEG-M menor ou igual a 49,9%.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica



Administração adotar medidas visando corrigir impropriedades de aspectos que compõem o IEG-M, buscando a elevação dos conceitos e, conseqüentemente, o aprimoramento e uma maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população.

Segue o demonstrativo sintetizando os achados de 2021 (TC-7340/989/20) e os de 2022 (TC-4387/989/22) nos seguimentos Ensino e Saúde:

a) Na dimensão do Ensino:

Contas de 2021- TC-7340/989/20	Contas de 2022 – TC-4387/989/22								
C.1.3 DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO: Demanda não atendida no ensino infantil (Creche); <table><tr><th>NÍVEL</th><th>DEMANDA POR VAGAS</th><th>OFERTA DE VAGAS</th><th>RESULTADO</th></tr><tr><td>Ens. Infantil (Creche)</td><td>2.541</td><td>2.435</td><td>-4,17%</td></tr></table>	NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO	Ens. Infantil (Creche)	2.541	2.435	-4,17%	A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO: Tema: Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares (TC-7195/989/22): Irregularidades remanescentes: <ul style="list-style-type: none">• O Monitor de Transporte Escolar não estava uniformizado ou identificado por meio de crachá;• Não havia AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada;• Foram verificadas as seguintes desconformidades aparentes na quadra: ninhos de pombos na estrutura da cobertura, implicando na presença de fezes de pombos no piso em alguns pontos isolados;• Não há registro sobre a última fiscalização do CAE – Conselho de Alimentação Escolar na escola;• A escola não possui laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos.
NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO						
Ens. Infantil (Creche)	2.541	2.435	-4,17%						
C.2. IEG-M – I-EDUC: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2020 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU: <ul style="list-style-type: none">• Nenhum estabelecimento de creche possuía "Sala de Aleitamento Materno", contrariando o que estabelece os itens 2.29 e 9.2.3 da Portaria nº 321 do Ministério da Saúde, de 26 de maio de 1988; e o artigo 9º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Tampouco possuía local para acondicionamento de leite materno, contrariando o que estabelece o artigo 9º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e o artigo 1º da Lei Estadual nº 16.047, de 04 de dezembro de 2015 (Questão nº 1.1 do I-Educ);• Existiam turmas de creche, de pré-escola, de anos iniciais e finais do ensino fundamental que inobservaram a relação espaço físico/número de alunos recomendada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE nos artigos 4.3.1., 4.3.2, 4.3.3 e 4.3.4 de seu Parecer nº 08, de 05 de maio de 2010 (Questões nºs 1.4, 2.3, 3.1 e 4.1 do I-Educ);• Nem todos os estabelecimentos que ofereciam creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental possuíam projeto político-	B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M): Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados; Falta de fidedignidade na prestação das informações; Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2022 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU. Ocorrências que afetaram o planejamento das políticas públicas:								



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica



- pedagógico atualizado, em desacordo com o artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Questões nºs E1.1, E2.6 e E3.4 do I-Educ);
- Menos de 25% dos alunos de pré-escola e dos anos iniciais e finais do ensino fundamental concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2021 (Questões nºs E2.12, E3.14 e E4.14 do I-Educ);
 - Nem todos os professores de pré-escola possuíam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei nº 9.394/1996 e na Meta 15 do Plano Nacional de Educação (Questão nº E2.8 do I-Educ);
 - A Prefeitura Municipal não possuía, no planejamento, ações governamentais para enfrentamento ao bullying nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, conforme prevê a Lei Federal nº 13.185/15 e o inciso IX do artigo 12 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Questões nºs 3.9 e 4.8 do I-Educ);
 - A Prefeitura Municipal não atingiu a meta do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental no ano da última avaliação. Este assunto é abordado nas Estratégias 1, 9 e 36 da Meta 7 do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014) e no inciso IX do art. 4º da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Questão nº E3.16.1 do I-Educ);
 - Nem todos os estabelecimentos que ofereciam creche, pré-escola e anos iniciais do Ensino Fundamental estavam adaptados para receber crianças com deficiência, como prevê o artigo 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº 13.146/2015 (Questão nº E5 do I-Educ);
 - Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2021, conforme recomenda o Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 (questão nº 5 do I-Educ).

D.1.2. REPASSES A ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR / D.1.2.1. DOS REPASSES EFETUADOS:

Constatação de irregularidades em ajustes firmados com entidades do Terceiro Setor para gerenciamento do Hospital Municipal:

- A Prefeitura não utilizou nenhum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos nos Anos Iniciais, o que dificulta o atingimento da Meta 5 e a Estratégia 7.33 do Plano Nacional de Educação – PNE (Questão nº 3.10 do i-Educ);
- Menos de 25% dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2022, referente a Meta 6 do Plano Nacional de Educação – PNE (Questões nºs E3.10 e E3.1 do i-Educ);
- De 15 estabelecimentos de ensino municipal, 10 necessitavam de reparos (Questão nº 5.0 do i-Educ), tal situação assevera o anotado no item A.4. Fiscalizações Ordenadas do Período;
- A Prefeitura não atingiu a meta do IDEB para os Anos Iniciais (1º ao 5º ano) no ano da última avaliação (Questão nº E3.13.1 do i-Educ).

Com base nos dados carregados junto à origem (Documento 14), constatamos demanda reprimida na rede municipal de ensino, conforme abaixo:

NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ens. Infantil (Creche)	-2.907	2.901	-6

A Prefeitura contemplou na LOA 2022, a previsão de reforma/ampliação/construção de creches, no montante total de R\$8.693.343,70, porém, o investimento na execução destas obras foi de R\$83.139,32, que corresponde a 0,96% do previsto no orçamento.

Contribuíram, ainda, para desacertos no planejamento das políticas públicas as falhas verificadas no contrato tratado em processo específico (**TC-13656/989/22**):

Objeto: Prestação de serviços de preparo de alimentação escolar executada através de serviços contínuos com fornecimento de todos os insumos necessários ao preparo das refeições para todas as Unidades Educacionais.

Ocorrências relatadas pela Fiscalização:

- Desoneração de obrigações pela contratada, sem a devida formalização e necessária análise quanto à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste;
- Descumprimento, pela contratada, do cardápio da merenda escolar;
- Entrega de alimentos (carnes) em quantidades insuficientes para preparação da merenda escolar em consonância com o cardápio previamente estabelecido;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica



	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de aplicação de penalidades por descumprimento contratual;• Insuficiente acompanhamento da execução contratual pela Administração. <p>Impacto das ocorrências no Planejamento das Políticas Públicas:</p> <ul style="list-style-type: none">• A ausência/insuficiência de alimentos para o preparo da merenda escolar, o descumprimento do cardápio estabelecido e o inadequado acompanhamento da execução contratual com potencial prejuízo nutricional aos alunos. <p>D.1.4 DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO:</p> <p>Significativo saldo do salário educação não aplicado no exercício;</p> <p>D.1.5. CONTROLE SOCIAL – ENSINO:</p> <p>O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS não supervisionou o censo escolar anual e não participou da elaboração da proposta orçamentária anual;</p>
--	---

b) Na dimensão da Saúde:

Contas de 2021- TC-7340/989/20:	Contas de 2022 – TC-4387/989/22:
<p>D.1.2. REPASSES A ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR / D.1.2.1. DOS REPASSES EFETUADOS:</p> <p>Constatação de irregularidades em ajustes firmados com entidades do Terceiro Setor para gerenciamento do Hospital Municipal;</p> <p>➤ Organização Social: Sociedade Beneficente Caminho de Damasco (TC-009428.989.21-4):</p> <p>Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, em regime de 24 horas/dia, que assegure assistência universal e gratuita à população, junto ao Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora do Monte Serrat, Ala Covid-19 e Ambulatório Médico de Especialidades – AME.</p> <p>Conclusão da Fiscalização: Irregularidade Outras observações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Urgência da contratação não justificada plenamente;• Falta de publicação da minuta do ajuste;	<p>B.4. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE (i-Saúde/IEG-M):</p> <p>Apontamentos diversos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados; Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2022 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU:</p> <p>Ocorrências que indicam a necessidade de correções/melhorias nos assuntos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Nem todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) foram atingidas, comprometendo a eficácia das ações governamentais (Questão nº 1.0 do i-Saúde);• A aprovação da Programação Anual de Saúde de 2022 pelo Conselho Municipal da Saúde ocorreu após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022 pela Câmara Municipal (Questão nº 5.0 do i-Saúde);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica



- Aferição da exequibilidade do ajuste prejudicada;
- Demonstrativo de custos apurados para a estipulação das metas e do orçamento do Contrato de Gestão não reflete todas as atividades previstas no Plano Operativo;
- Ausência de critérios objetivos e/ou específicos para avaliação do desempenho, da qualidade e da produtividade;
- Não há indicação de limite e/ou critério para despesa com remuneração a dirigentes e empregados;
- Falta de publicação integral do ajuste.

➤ **Organização Social Beneficência Hospitalar de Cesário Lange (TC-023978.989.21-8):**

Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, em regime de 24 horas/dia, que assegure assistência universal e gratuita à população, junto ao Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora do Monte Serrat, Ala Covid-19 e Ambulatório Médico de Especialidades – AME.

Conclusão da Fiscalização: Irregularidade; Outras observações:

- Não realização da Convocação Pública;
- Falta de publicação da minuta do ajuste;
- Aferição da exequibilidade do ajuste prejudicada;
- Demonstrativo de custos apurados para a estipulação das metas e do orçamento do Contrato de Gestão não reflete todas as atividades previstas no Plano Operativo;
- Ausência de critérios objetivos e/ou específicos para avaliação do desempenho, da qualidade e da produtividade;
- Não há indicação de limite e/ou critério para despesa com remuneração a dirigentes e empregados;
- Falta de publicação integral do ajuste.

D.2. IEG-M – I-SAÚDE:

Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2020 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU:

- Nem todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) foram atingidas, comprometendo a eficácia das ações governamentais (Questão nº 1 do I-Saúde);
- A aprovação da Programação Anual de Saúde de 2021 pelo Conselho Municipal da Saúde ocorreu após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021 pela Câmara Municipal (Questão nº 5 do I-Saúde);

- Nem todas as ações previstas na Programação Anual de Saúde de 2022 foram executadas, evidenciando fragilidade no planejamento e execução das intenções expressas no Plano de Saúde, contrariando o artigo 4º da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.135, de 25 de setembro de 2013 (Questões nºs 5.1 e nº 5.2 do i-Saúde);
- Não houve treinamento específico aos membros do Conselho Municipal de Saúde (Questão nº 7.0 do i-Saúde);
- Nenhuma unidade de saúde possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros e nove necessitavam de reparos (Questão nº 13.0 do i-Saúde);
- Nem todos os serviços assistenciais ofertados pelo Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Unidades de Acolhimento (vagas) estavam disponibilizados no sistema de regulação municipal, em desacordo com o inciso III do artigo 3º, inciso VIII do artigo 4º e § 2º do artigo 8º do Anexo V da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 03, de 28 de setembro de 2017 (Questão nº 24.5.3 do i-Saúde);
- A quantidade de vagas ofertadas pelos CAPS não era suficiente para a demanda da população que apresenta prioritariamente, intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas, contrariando o artigo 1º e artigo 2º, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001 (Questão nº 24.5.4 do i-Saúde);
- Não houve controle de absenteísmo de consultas médicas nem de exames médicos, da Atenção Primária e da média complexidade (Questões nºs 19.0, nº 20.0, nº 22.4 e nº 22.5 do i-Saúde);
- Houve itens com desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês, contrariando o artigo 98 do Anexo XXVIII da Portaria de Consolidação nº 2 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017 (Questão nº 43 do i-Saúde);
- Em 2022, a Prefeitura Municipal não atingiu a meta de cobertura⁸ das seguintes vacinas:

- 2ª dose da VORH: 85,39%
- 3ª dose de Hepatite B: 82,35%
- 2ª dose de Meningocócica C: 86,55%
- 3ª dose da Vacina Pentavalente: 82,35%
- 2ª dose da Vacina Pneumocócica 10-valente: 85,03%
- 3ª dose da Vacina Poliomielite: 90,66%
- Febre Amarela: 61,59%
- Vacina Tríplice Viral: 92,33%
- Vacina contra Hepatite A: 81,50%
- Vacina Tetra Viral: 19,17 %



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica



- Nem todas as ações previstas na Programação Anual de Saúde de 2021 foram executadas, evidenciando fragilidade no planejamento e execução das intenções expressas no Plano de Saúde, contrariando o artigo 4º da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.135, de 25 de setembro de 2013 (Questões nº 5.1 e nº 5.2 do I-Saúde);
- Não houve treinamento específico aos membros do Conselho Municipal de Saúde (Questão nº 7 do I-Saúde);
- As despesas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, foram de responsabilidade específica do setor de saúde, contudo os recursos municipais não foram movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde, contrariando o artigo 2º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (Questão nº 9 do I-Saúde);
- O Relatório Anual de Gestão de 2021 não foi encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde até 30/03/2022 (ano seguinte ao da execução financeira), contrariando o artigo 99, § 3º, da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 01, de 28 de setembro de 2017 (Questão nº 11 do I-Saúde);
- Nenhuma unidade de saúde possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros (Questão nº 13 do I-Saúde);
- Não havia Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) específico elaborado e implantado para seus profissionais de saúde em âmbito municipal (Questão nº 14 do I-Saúde);
- Nem todos os serviços assistenciais ofertados pelo Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Unidades de Acolhimento (vagas) estavam disponibilizados no sistema de regulação municipal, em desacordo com o inciso III do artigo 3º, inciso VIII do artigo 4º e § 2º do artigo 8º do Anexo V da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 03, de 28 de setembro de 2017 (Questão nº 24.5.3 do I-Saúde);
- A quantidade de vagas ofertadas pelos CAPS não era suficiente para a demanda da população que apresenta prioritariamente, intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas, contrariando o artigo 1º e artigo 2º, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001 (Questão nº 24.5.4 do I-Saúde);
- Não havia sido implantada a Ouvidoria da Saúde em âmbito municipal, contrariando o item “h” do artigo 5.1 da Resolução Comissão Intergestores Tripartite – CIT nº 4, de 19 de julho de 2012 (Questão nº 39 do I-Saúde);
- As auditorias concluídas (encerradas) do exercício de 2021 pelo componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria do SUS – SNA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica



- não estavam disponibilizadas em site para consulta, contrariando a alínea "b" do inciso VII do artigo 7º da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Questão nº 41.2 do I-Saúde);
- Não foi disponibilizado o serviço de telemedicina em 2021 (Questão nº 44 do I-Saúde);
 - Nem todas as equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária do Município estavam completas, contrariando o estipulado no item 3.4 do Capítulo I do Anexo da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 (Questão nº 15.1 do I-Saúde);
 - O serviço de agendamento de consulta médica na Atenção Primária não foi disponibilizado de forma não presencial (Questão nº 18 do I-Saúde);
 - Não houve controle de absenteísmo de consultas médicas nem de exames médicos, da Atenção Primária e nem da média complexidade (Questões nº 19, nº 20, nº 22.4 e nº 22.5 do I-Saúde);
 - Não houve implantação do Prontuário Eletrônico do Paciente (Questões nº 21 e nº 22.7 do I-Saúde);
 - A maior parte dos médicos da Atenção Básica e a maior parte dos médicos ambulatoriais que atendem a média complexidade permanece apenas nas consultas agendadas, comprometendo a organização no atendimento das demandas programadas e espontâneas, podendo desencadear o aumento de fila de espera e necessidade do atendimento especializado em virtude do agravamento doença (Questões nº 16.1 e nº 22.1.1 do I-Saúde);
 - Em 2021, a Prefeitura não atingiu a meta de cobertura de diversas vacinas, como por exemplo: BCG (60,85%), VORH (81,96%), Febre Amarela (72,64%), Hepatite A (73,30%), Tetra Viral (5,89%) e "Influenza" para idosos acima de 60 anos de idade (69,09%), dentre outras (Questões nº S6 e nº S7 do I-Saúde);
 - Houve adoção do procedimento de agendamento de dois ou mais pacientes no mesmo horário para consultas médicas de média complexidade, comprometendo a organização das filas de espera e qualidade no atendimento oferecido, bem como não foi disponibilizado aludido serviço de agendamento de forma não presencial (Questões nºs 22.2 e 22.3 do I-Saúde);
 - Houve internações de residentes por causas sensíveis à Atenção Básica nos hospitais de saúde sob gestão municipal (Questão nº S8 do I-Saúde).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Em suma, embora aplicados os mínimos constitucionais do Ensino e da Saúde no exercício fiscalizado, as insuficiências relatadas revelam a necessidade de aprimoramento da gestão para melhoria dos serviços disponibilizados à população.

As justificativas encontram-se no **evento 60** e em relação aos apontamentos decorrentes da inspeção nos resultados da execução das políticas públicas do Ensino e de Saúde, os esclarecimentos apresentados pela Origem dão conta de que parte já foi sandada, além da adoção de efetivas providências objetivando regularizar as demais ocorrências anotadas no exercício de 2022.

Desse modo, entendo que as medidas saneadoras anunciadas poderão ser acompanhadas nas inspeções ordinárias futuras, com destaque para o reincidente apontamento indicando a demanda não atendida na educação infantil (creche), tema que já mereceu recomendação nas contas anuais precedentes.

Desta feita, a Origem reitera a informação de que em 2022, entrou em vigor a Lei nº 3.956, de 03 de junho de 2022, que criou o Programa "Auxílio-Creche" destinado às crianças de 0 a 03 anos cadastradas na Rede Municipal de Ensino, para suprir a média de 300 demandas de creche, buscando atender a falta de vagas disponibilizadas pela Secretaria de Educação.

Além do Programa "Auxílio-Creche", esclareceu que se encontra em trâmite os projetos para construção de creches mediante convênio com FNDE para atender 940 crianças, nas regiões do Parque Imperial, Parque Laguna e Residencial Fabbri. Ademais, a Administração promoveu a aquisição de um imóvel situado na Rua Jordânia nº 180, Jardim das Nações, Salto/SP, mediante desapropriação amigável nos termos do Decreto Municipal nº 228, de 26 de agosto de 2022 e Processo Administrativo nº 2.494/2022, para atender uma média de 80 crianças de zero a três anos de idade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Com efeito, anoto que em 2022 houve redução do déficit de vagas na educação infantil, eis que a deficiência verificada em 2021 perfaz 106 vagas e, em 2022, 06 vagas. Contudo, ainda assim o assunto não foi integralmente solucionado, merecendo, no meu entender, especial acompanhamento pelas inspeções ordinárias futuras.

Consigno que as contas anuais de 2021, tratadas do TC-7340/989/20, contaram com parecer prévio favorável, com recomendações, proferido pela E. Primeira Câmara, em sessão de 11/07/2023, sob a relatoria do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues:

“EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SUPERAVITÁRIA. RESULTADO FINANCEIRO POSITIVO. RECURSOS DISPONÍVEIS PARA PAGAMENTO DAS DÍVIDAS DE CURTO PRAZO. REDUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA. CUMPRIMENTO DOS LIMITES FIXADOS ÀS DESPESAS FUNCIONAIS E AOS SUBSÍDIOS. QUITAÇÃO INTEGRAL DE PRECATÓRIOS DEVIDOS NO EXERCÍCIO. ENCARGOS RECOLHIDOS. GRATIFICAÇÃO DE ANIVERSÁRIO. PAGAMENTOS INTERROMPIDOS. GRATIFICAÇÃO AUDESP. DETERMINAÇÃO PARA REVISÃO DA LEGISLAÇÃO LOCAL. NECESSIDADE DE PROVIDÊNCIAS PARA OBTENÇÃO DO AVCB/CLBC. ADVERTÊNCIAS: ÁREA DO PLANEJAMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO E NA SAÚDE. DESTAQUE PARA DÉFICIT DE VAGAS EM CRECHES E BAIXA COBERTURA VACINAL. RECOMENDAÇÕES. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL.”

Em relação aos temas comentados na presente manifestação, faço referência às recomendações encaminhadas ao Chefe do Executivo, conforme excertos extraídos do voto condutor do referido parecer:

“No que toca ao setor educacional, a despeito do atendimento formal ao que determinam os artigos 212 da Constituição Federal e 21, caput, da Lei nº 11.494/2007, a premência por ajustes na gestão da rede pública de ensino pode ser observada por meio da nota obtida pela dimensão i-Educ no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM): nota “C+”.

[...]

Em destaque o déficit de vagas existente na rede pública municipal de ensino, com 106 (cento e seis) crianças de zero a três anos à espera de vagas, o que corresponde a 4,17% do total da demanda.

Em face do exposto, a Administração informou que entrou em vigor a Lei nº 3.956, de 3 de junho de 2022, de autoria do Poder Executivo, que dispôs sobre a criação do Programa "Auxílio-Creche" a ser destinado às crianças de zero a três anos cadastradas na Rede



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assessoria Técnico-Jurídica



Municipal de Ensino, para suprir a média de 300 (trezentas) demandas de creche.

Além do programa, em trâmite projetos de i) construção de creches mediante convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para atender 940 (novecentas e quarenta) crianças⁹ e ii) aquisição de imóvel¹⁰ para atender média de 80 (oitenta) crianças de zero a três anos de idade.

As medidas parecem convergir com o consignado pelo relator das Contas de 2019, ao determinar que o Município apresentasse plano para suprir a falta de vagas em creches, matéria que há muito já vinha sendo objeto de comentário e recomendação por parte deste Tribunal. Em adição, houve redução do déficit na relação demanda x oferta de vagas em relação ao ano em confronto¹¹ (de - 24,89% para -4,17%¹²).

Cabível, desse modo, seja acompanhada pela Fiscalização a eficácia das medidas anunciadas em próxima inspeção in loco, sem prejuízo de advertir a Origem a promover políticas públicas que contemplem a expansão da oferta de educação infantil, afinal, trata-se de prioridade definida constitucionalmente, cuja efetivação não está ao abrigo da discricionariedade administrativa ou da alegação de reserva do financeiramente possível – entendimento, aliás, roborado pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 1008166, de setembro/2022.

Já o gerenciamento da Saúde, por sua vez, recebeu suporte de 24,28% da arrecadação direta do exercício, acima do limite mínimo de 15%.

Para além do cumprimento dos mínimos constitucionais nas mais variadas frentes conduzidas pelo Executivo, a preocupação com a efetividade dos gastos adquire cada vez mais relevo, com vistas a garantir que a verdadeira interessada, a comunidade local, possa colher os benefícios de uma gestão pública frutuosa.

Justamente por essa razão, visando à correção das impropriedades identificadas na área, adverte-se a Municipalidade a despender atenção especial ao desenvolvimento de estratégias locais para aumentar a cobertura de diversas vacinas, como BCG, VORH, Febre Amarela, Hepatite A, Tetra Viral, "Influenza" para idosos acima de 60 anos de idade, entre outras.

Por fim, determina-se à Prefeitura que adote as providências necessárias para obter a documentação emitida pelo Corpo de Bombeiros contra incêndios (AVCB/CLCB) nos estabelecimentos de Saúde e Ensino, informando à Fiscalização, na ocasião da próxima inspeção in loco de Contas Anuais, quais as providências adotadas em cada uma das edificações públicas municipais, listadas individualmente.

Nas circunstâncias, na conformidade do artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93 c/c o artigo 56, inciso II, do Regimento Interno, voto pela emissão de **parecer prévio favorável** à aprovação das Contas do PREFEITO DE SALTO, relativas ao exercício de 2021,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



sem embargo das **determinações e advertências** consignadas, bem como das seguintes **recomendações**:

- i. alimentar o Sistema AUDESP com dados fidedignos, atendendo aos princípios da transparência e da evidenciação contábil (artigo 1º da LRF e artigo 83 da Lei 4.320/1964), observado o Comunicado SDG nº 34/2009;
- ii. seguir com rigor os ditames da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como a Lei do Pregão e a jurisprudência dessa Corte de Contas;
- iii. observar os limites legais para gastos com parcerias público-privadas;
- iv. obedecer as normas atinentes aos Contratos de Gestão firmados com Entidades do Terceiro Setor;
- v. sanar as diversas incorreções apontadas pelo IEG-M, conferindo maior efetividade aos serviços prestados pela Administração e visando alcançar as metas propostas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU;
- vi. dar atendimento às normas de transparência vigentes; e
- vii. atender integralmente às recomendações exaradas pela Corte de Contas, bem como cumprir com os prazos estabelecidos nas Instruções do Tribunal.

Oportuno que tais recomendações, amparadas no artigo 24, §3, c/c artigo 23, §4º, parte final, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, sejam incluídas pela SDG no cadastro específico previsto no artigo 212, inciso II, alínea “r”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, para fins de monitoramento.”

Conclusão:

Diante de todo o apontado, a conclusão, tratando da aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino e aplicação em ações e serviços públicos de saúde, é a que segue:

O Município **cumpriu** o artigo 212 da Constituição Federal, aplicando valor equivalente a **26,96%** das receitas resultantes de impostos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Utilizou **100%** dos recursos recebidos do FUNDEB em 2022, portanto, **atendendo** ao artigo 25, da Lei Federal nº 14.113/2020.

Demais disso, os investimentos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício alcançaram **95,44%**, dando atendimento ao artigo 212-A, XI, da CF e ao artigo 26 da Lei Federal nº 14.113/2020.

No que diz respeito à **Saúde**, o valor aplicado (equivalente a **28,55%**: despesa empenhada) ultrapassou os 15% da receita de impostos, **atendendo** ao piso constitucional de investimento em ações e serviços públicos de saúde.

Desse modo, estritamente sob a ótica dos cálculos das aplicações dos mínimos constitucionais e legais vinculados ao ENSINO e à SAÚDE, entendo que as contas em análise comportam **parecer favorável**.

Quanto aos apontamentos relacionados à **efetividade das políticas públicas na saúde e no ensino**, saliento que na presente manifestação encontram-se conjugados com as apurações anotadas nas contas anuais precedentes, **2021, TC-7340/989/20**, que compreenderam o primeiro ano do mandato da atual gestão.

A síntese dos apontamentos realizados nos exercícios de 2021 e 2022 visa contribuir com subsídios para que esta E. Corte de Contas possa avaliar, ao longo da gestão, se de fato a Administração Municipal está adotando efetivas providências na busca da melhora da qualidade dos serviços públicos colocados à disposição da população.

Os resultados em comento indicam que persiste a necessidade de a Origem redobrar seus esforços para corrigir os pontos alçados pela fiscalização e pelos indicadores sociais incidentes, a fim de elevar o nível de resposta dos sistemas de planejamento, execução e controle, bem como na oferta de serviços suficientes e com qualidade à população.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Concluindo, conforme já vem sendo ponderado por esta E. Corte de Contas, os setores de educação e saúde contam com proteção constitucional, com recursos vinculados, de modo a atender a manutenção, o desenvolvimento e as ações relacionados a estes sensíveis setores, competindo à Administração realizar o planejamento atualizado e acompanhar a execução das respectivas políticas públicas, a fim alcançar as finalidades determinadas pelos mandamentos constitucionais.

À consideração de Vossa Senhoria.

ATJ, 28 de fevereiro de 2024.

Fábio Calastri Nobre
Assessoria Técnica